

MULHER, DESENVOLVIMENTO E SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GRUPOS PRODUTIVOS DE MULHERES DA REGIÃO OESTE POTIGUAR

Conceição Dantas
Mestranda em Ciências Sociais/UFRN
Orientador: Bosco Araújo

Introdução

O desenvolvimento deve ser entendido como uma ampliação das oportunidades reais que as pessoas podem usufruir. Isso se contraria com uma noção de desenvolvimento pautado no crescimento econômico, avanço da tecnologia industrialização modernização (SEN, 2009).

Tendo como referência a noção de desenvolvimento de SEN (2009), que define o desenvolvimento como liberdades, podemos perceber que as liberdades teriam a função de potencializar o surgimento de outras. As liberdades econômicas e políticas reforçam-se mutuamente. As liberdades sociais reforçam as oportunidades de participação econômica e política e estimulam as iniciativas no sentido de superação das privações. As liberdades, portanto, implicam tanto a consideração dos processos como as oportunidades concretas.

Transportando esse conceito para a realidade das mulheres no campo ao discutir o desenvolvimento como liberdade, percebemos que as mulheres, a partir da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, as responsabilidades do trabalho doméstico, são privadas das oportunidades (SEN, 2009) de se constituir como agentes do desenvolvimento local.

Segundo Faria (2009), a divisão sexual do trabalho no meio rural se estrutura definindo as tarefas realizadas na casa e no espaço do roçado. Neste sentido, afirma que também no campo as atividades realizadas pelas mulheres no espaço público (o roçado, por exemplo) são percebidas como uma extensão das suas responsabilidades com as tarefas domésticas. Já que no atual modelo de desenvolvimento o trabalho é definido a partir de seu valor mercantil:

(...) historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. (FARIA, 2009, p.19)

Pensar sobre o trabalho doméstico no meio rural passa por considerar que existe uma dificuldade na vida das mulheres rurais com a definição do que é da casa e o que é do roçado. Por outro lado, os estudos sobre o trabalho doméstico, no Brasil, ainda é pautado pela vida urbana e pela incorporação ao mercado de trabalho. Estejam as mulheres urbanas inseridas no mercado de trabalho; estejam as mulheres rurais no seu trabalho cotidiano do roçado, o trabalho doméstico continua sendo uma tarefa de sua responsabilidade.

A presença das mulheres no mundo público não modificou a exclusividade das tarefas domésticas para as mulheres. Portanto, o objetivo do artigo é demonstrar que existe uma interligação do trabalho produtivo e reprodutivo e que o modelo de desenvolvimento e a divisão sexual do trabalho são conceitos que inter-relacionam com essa temática no meio rural. Para tanto, buscamos visualizar como os grupos produtivos da região Oeste do Rio Grande do Norte lidam com essa questão.

O artigo está dividido em duas partes, uma primeira que dialoga com os conceitos de desenvolvimento e divisão sexual do trabalho, entendidos como importante para decifrar a realidade rural estudada, para tanto apresenta dados sobre o trabalho doméstico no Brasil tentando relacionar com a realidade do campo. A segunda parte apresenta algumas considerações sobre a inter-relação entre o trabalho produtivo e reprodutivo percebidas em cinco grupos produtivos de mulheres da região Oeste Potiguar a partir das narrativas das mulheres.

Os dados contidos neste artigo foram colhidos no escritório do Centro Feminista 08 de Março¹ através de relatórios de atividades, em especial nas oficinas realizadas com os grupos produtivos sobre trabalho doméstico, no período de 2007 a 2009.

Desenvolvimento e divisão sexual do trabalho: dois conceitos presentes no rural

O crescimento econômico, baseado na interdependência global, desigual e não sustentável tem provocado um desequilíbrio no planeta. Esse crescimento econômico ilimitado acirra indícios de esgotamento dos recursos naturais; amplia uma exploração insaciável do trabalho e uma acumulação e especulação de capital que tem esgotado o setor produtivo.

Em contraposição a esse modelo surge o desenvolvimento sustentável que tem, na sua essência, variados conceitos. Sachs (2008) traz na sua análise elementos importantes, quando considera que o desenvolvimento sustentável constrói noções norteadoras baseadas nos princípios que envolvem: atendimento das necessidades básicas; preocupações e solidariedades com as futuras gerações; participação ativa dos agentes sociais envolvidos; preservação ambiental; construção de um sistema social de emprego, seguridade social com respeito à diversidade cultural e, por fim, uma educação universal (SACHS, 2008).

No entanto, é importante afirmar que, o desenvolvimento sustentável revela uma tensão, em função dos objetivos diversos e, em certa medida contraditórios entre si: o econômico, o social e o ambiental, entre o curto e o longo prazo, entre o indivíduo e o coletivo, entre o local e o global” (TONNEAU, 2004)). Por outro lado, Barcelar Araujo, 2005², ao discutir o desenvolvimento sustentável afirma:

¹ O Centro Feminista é a Organização Não Governamental fundada em 1993, “Atualmente, a entidade desenvolve ações alicerçadas em três elementos: feminismo, organização e formação. Suas atividades têm como finalidade proporcionar o fortalecimento das organizações de mulheres nos espaços sociais, em especial as trabalhadoras rurais, oferecendo apoio, assessoria e formação em gênero aos grupos de mulheres, comissões de mulheres dos sindicatos rurais, entidades de assessoria técnica, gerencial e organizativa que atuam no meio rural e urbano de Mossoró e região”. (www.cf8.org.br)

² Nesta definição do conceito de desenvolvimento sustentável Tânia Barcelar busca referência de vários autores, principalmente de Buarque, 1999.

O desenvolvimento é um processo amplo de mudança social e promoção das escolhas e das oportunidades da sociedade de modo a partilhar no tempo o crescimento econômico, a equidade social e a conservação do meio ambiente. A caracterização dessa abordagem demanda, por outro lado, o fortalecimento da cidadania e a democratização das instituições e da sociedade (ARAÚJO, 2005, p. 27).

As tensões presentes no desenvolvimento podem ser estendidas a noção das relações de gêneros e no conceito de divisão sexual do trabalho. As oportunidades em um desenvolvimento sustentável devem ser para homens e mulheres de forma igualitárias

Na definição de desenvolvimento local sustentável encontrada em Costa, 2010, reforça a idéia de que o desenvolvimento deve ser entendido como uma reorientação em modelo de desenvolvimento atual, afirmando que o desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que gera uma reorientação do estilo de desenvolvimento e redefine a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente (Costa, 2010, p.72). Vale acrescentar nesta definição, as relações sociais de gênero.

Assim, "reorientar o estilo de desenvolvimento é romper com a noção de desenvolvimento ancorada especialmente na idéia de crescimento econômico" (COSTA, 2010 P.72).

Pensando a partir da realidade das mulheres, reorientar o modelo de desenvolvimento é superar a atual divisão sexual do trabalho que hierarquiza e segrega atividades, dando um valor social maior para as atividades realizadas pelos homens

O local pode construir mecanismos para superar desafios de ofertar bens e serviços públicos de qualidade com alternativas econômicas eficientes. Portanto, o local pode ser "protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social" (COSTA, 1996, p.113). Considerando essas afirmações, os sujeitos políticos locais devem assumir um papel importante, tanto do ponto de vista de contribuição na elaboração de políticas como na construção de alternativas inovadoras de socialização do trabalho doméstico que se contrapõe a uma lógica globalizante do atual modelo. O rural brasileiro, em certa medida, pode ser considerado um local no qual os sujeitos políticos têm construído alternativas inovadoras que reorienta o desenvolvimento.

Pensando sobre o campo, Siliprandi, 2004, no artigo *Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer*, afirma que para garantir a sustentabilidade econômica das mulheres rurais passa pelo acesso aos meios de sobrevivência como terra, propriedade e renda. Acrescenta que de forma geral esse acesso ou a dificuldade de acesso passa pelas questões estruturantes das relações sociais de gênero. Outro aspecto que a pesquisa mostra e tem relação com o tema estudado é que mulheres urbanas e rurais apontam soluções diferentes para os problemas cotidianos. Para as urbanas, o poder de resolução do problema está no campo governamental. Já para as rurais, a resolução dos problemas está no poder local, ou seja, associações, conselhos e grupos e o acesso das políticas públicas no local. As associações são consideradas como um instrumento fundamental para a construção e acesso de políticas no local.

Ainda buscando dialogar com o conceito de desenvolvimento sustentável podemos afirmar que a dimensão de sujeitos políticos locais tem uma real contribuição para a reorientação do estilo de desenvolvimento, uma vez que as mulheres quando tem oportunidades ampliam a sua legitimidade e representatividade nas dinâmicas políticas locais. Paradoxalmente, em função da divisão sexual do trabalho, em grande medida, não consegue reduzir suas responsabilidades com as atividades domésticas. Neste sentido, Faria (2009, p. 21) afirma:

Os dados sobre a situação das mulheres mostram que, ao se mudarem algumas condições sociais, as mulheres rapidamente buscam alterar sua condição. Na escolaridade, por exemplo, mulheres urbanas e rurais têm níveis superiores aos dos homens; elas aproveitam bem as oportunidades para o trabalho remunerado e o crédito. Entretanto, nas várias experiências positivas que podem ser citadas, o trabalho doméstico e de cuidados é a questão que permanece como núcleo duro, onde se encontra resistência às mudanças.

O conceito de divisão sexual do trabalho é outra dimensão teórica que também está presente no campo. Kergoart (2009,) afirma que o trabalho da reprodução, o doméstico e de cuidados, é essencial nos processos de produção e reprodução da vida.

Segundo, Kergoart, 2009, a separação e a hierarquização são os dois princípios que organizam, estrutura e constitui a divisão sexual do trabalho. A distinção entre homens e mulheres é construída socialmente, priorizando o primeiro na esfera produtiva e a mulher na esfera da reprodução. As atividades realizadas pelos homens têm um valor social de superioridade em relação às mulheres. Desta forma, a socialização dos homens e das mulheres é determinada pela divisão sexual, que, por sua vez, define as responsabilidades na esfera pública e na esfera privada.

Breves considerações sobre socialização do trabalho doméstico nas realidades rurais brasileira

No Brasil, notam-se avanços no acesso à terra e na inflexão do Estado brasileiro através do reconhecimento das reivindicações dos movimentos de mulheres. A divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2008) demonstra que em 2002 a média de titulação do lote em nome da mulher era de 13%. Houve um aumento em 2006, quando esse índice passa para 25,6%. Em 2007, atingiu 55% de titularidade em nome da mulher. Sabemos que só a titulação não basta. A autonomia das mulheres rurais se relaciona com outras questões como assistência técnica, reforma agrária, crédito e documentação e socialização do trabalho doméstico. Fazer com que essas políticas cheguem a todas as mulheres é um desafio estatal e uma agenda de luta das mulheres rurais.

As políticas para mulheres rurais também se relacionam com outras questões fundamentais para a autonomia econômica das mulheres. Além da necessidade de ampliar o alcance destas políticas, ao mesmo tempo em que é preciso enfrentar outras características que marcam a realidade das mulheres rurais, como o trabalho sem

rendimento que inclui o trabalho da produção para autoconsumo, da reprodução e do cuidado.

Seja na realidade urbana ou na realidade rural, para as mulheres se constituírem como sujeitos políticos locais têm que questionar a hierarquia de poder entre homens e mulheres e a manutenção da responsabilidade das mulheres com o trabalho doméstico e de cuidados. Isso se expressa na quantidade de tempo gasto com essas tarefas. Em 2007, as mulheres gastavam em média 27,2 horas semanais com afazeres domésticos, enquanto os homens gastam apenas 10,6 horas (PNAD, 2007).

Segundo a PNAD (2007) em 2007, apenas 17,1% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam creches no Brasil, o que corresponde a apenas 1,7 milhões de crianças entre as 11 milhões desta idade.

A questão do trabalho doméstico e de cuidados está na agenda política do movimento de mulheres, em uma perspectiva de reorganização deste trabalho, a partir de uma divisão igualitária entre homens e mulheres no âmbito doméstico e de políticas públicas que responsabilizem o Estado com a reprodução social.

A estruturação de equipamentos sociais é um requisito fundamental para que as mulheres possam se constituírem como sujeitos políticos locais na comunidade e na sociedade. Instrumentalizar esses equipamentos é uma tarefa de qualquer poder estatal que busca uma reorientação do atual modelo de desenvolvimento.

Os equipamentos já conhecidos e presentes na pauta das mulheres urbanas como creches, lavanderias, restaurantes coletivos responde a necessidade de algumas realidades rurais como o caso dos assentamentos rurais da reforma agrária. No entanto ainda, persiste o desafio de elaboração de políticas públicas capaz de responder a socialização do trabalho doméstico e do cuidado nas realidades rurais brasileira.

Mesmo considerando que tanto os movimentos de mulheres como o Estado deve avançar na reivindicação e proposição de políticas públicas de socialização do trabalho doméstico no meio rural, Podemos afirmar que o movimento das mulheres rurais tem pautado essa agenda nas suas mobilizações no ultimo período. Porém, o Estado não é neutro quando se refere as relações de gênero. Propor políticas para a socialização do trabalho doméstico no rural passa por admitir que ainda não se têm propostas efetivas para todas as realidades rurais. Neste sentido, deve iniciar recolocando a temática como fundamental para produção e reprodução da vida humana. Isso significa construir, a partir do Estado, uma política de valorização do trabalho doméstico e a sua inclusão como fundamental para o processo produtivo no meio rural

Movimento, lutas e o trabalho doméstico: representações das mulheres participantes de grupos produtivos no Oeste Potiguar³

³ Os relatos apresentados aqui têm os nomes ocultados e é resultado de uma oficina sobre a socialização do trabalho doméstico realizada por Isolda Dantas, no período, técnica do cf8 e responsável pela assessoria aos grupos de mulheres. Oficina foi realizada na sede do cf8, em junho de 2009, e tinha como objetivo subsidiar a Rede Feminismo e Economia- REF, sobre trabalho doméstico a partir da narrativa das mulheres. As questões que nortearam a oficina foram as seguintes: como a família ver o trabalho doméstico? o que mudou depois de participar dos grupos produtivos e movimento feminista? e quais as alternativas existentes?

A região Oeste do Rio Grande do Norte é reconhecida pela forte organização das mulheres. Essa organização é resultado de um processo que envolve diversas autoras, organizações e movimentos sociais da região. Desde as organizações de base como grupos de mulheres nos assentamentos e comunidades rurais, as associações rurais, as comissões de mulheres dos sindicatos e a Coordenação Oeste de Trabalhadoras Rurais⁴ que tem uma agenda política em parceria com outras organizações que atuam na região e se constitui como uma articulação de todos os grupos e das comissões de mulheres da região.

Os temas que movem a organização das trabalhadoras rurais da região são principalmente economia feminista e solidária entrelaçadas com outros temas como, por exemplo, políticas locais ou que dizem respeito à sua inserção na produção, como é o caso do crédito, agroecologia, e violência contra a mulher. (Alves, 2007)

Hoje, a Coordenação Oeste é parte da Marcha Mundial das Mulheres e é responsável pelo tema das rurais na MMM do RN. Além disso, é uma das organizações articuladora da rede Xique-Xique de comercialização solidária⁵.

No último período as mulheres rurais têm protagonizado todas as lutas das rurais na região e têm dado uma contribuição decisiva na construção e fortalecimento do feminismo.

Os grupos produtivos da região Oeste têm uma dimensão mais ampla que plantar, colher e comercializar, são pautados pela necessidade de construir movimentos sociais, fazer das necessidades individuais das mulheres, desafios coletivos de lutas.

A experiência de organização das mulheres da região Oeste tem bebido da fonte de articulações políticas importantes: Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que tem assumido o papel de subsidiar a construção de um feminismo militante, deste a articulação política as questões metodológicas; Rede Feminismo e Economia (REF) que tem contribuído com as discussões sobre a construção de uma nova economia baseada no cuidado das pessoas e não no lucro e é a partir desse princípio que a rede Xique-Xique se constrói e conseqüentemente é neste contexto que as mulheres comercializam seus produtos⁶. A assessoria do Centro Feminista 08 de Março contribui nas lutas

⁴ É uma articulação das trabalhadoras rurais da região que tem o papel de construir lutas das trabalhadoras rurais em consonância com o feminismo na luta por igualdade de gênero na sociedade e no interior dos movimentos sociais (folder institucional da Coordenação das Trabalhadoras Rurais da Região Oeste)

⁵ A Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, tem sede na cidade de Mossoró (RN), situada na região oeste do estado do Rio Grande do Norte. É fruto de um amplo processo de construção coletiva dos grupos produtivos, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que, atuando em diferentes áreas, lutam pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. A Rede comercializa e produz dentro dos princípios da agroecologia e da economia solidária.

⁶ A REF-Rede Economia e Feminismo (REF) foi criada em novembro de 2001. Articula ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não governamentais e governamentais e pesquisadoras que desejem atuar com prioridade no tema economia e feminismo. realiza, seminários, atividades de formação e produção de conhecimento. Estes processos desdobra-se em campanhas e ações públicas próprias e em diálogo com campanhas organizadas pelos movimentos sociais.

As ações da REF estão em diálogo com as ações da REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia) e se propõe a fortalecer as ações da Marcha Mundial das Mulheres no âmbito do combate à pobreza. (http://www.sof.org.br/rede_econ_femin.htm); A SOF é uma organização não-governamental feminista fundada em 1963, com sede na cidade de São Paulo e atuação em âmbito nacional. Tem como objetivo: contribuir na construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais. Esta política deve transformar as relações de gênero e favorecer a autodeterminação das mulheres. As mulheres organizadas no movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano são seus público prioritário. (<http://www.sof.org.br/>)

cotidianas e na busca de transformar as discussões teóricas e valores em práticas feministas na região Oeste, constrói uma assistência técnica que inter-relaciona o feminismo, agroecologia e a economia solidária, contribui para que as necessidades individuais das mulheres seja compreendida como um desafio coletivo dos grupos.

A experiência de organização dessa região conta ainda com diversas outros apoios, sobretudo da rede de assistência técnica que atuam na região.

O processo da região intensificou-se nos últimos oito anos com a mobilização das mulheres para acessar políticas públicas. O surgimento do PRONAF-Mulher. Despertou um grande interesse das mulheres do RN, em especial nas mulheres da Região Oeste potiguar. Com o diagnóstico de entraves para as mulheres terem acesso ao crédito, mesmo quando se encontram em condições para acessá-lo, o movimento de mulheres da região, em conjunto com as ONG, associações e sindicatos rurais, formou um grupo de trabalho para enfrentar as dificuldades diagnosticadas. Essa experiência possibilitou uma grande mobilização das mulheres e resultou em um considerável acesso que fez do RN o segundo estado a acessar o PRONAF-mulher no Brasil em 2006. (Alves, 2007).

Após essa experiência, as mulheres fortaleceram os processos de acesso as políticas ofertadas pelo governo através do MDA/DPMR⁷ e hoje conseguem acessar as diversas políticas.

As mulheres da região Oeste que participam de grupos produtivos percebem que historicamente o cuidado da casa e da família foi destinado às mulheres e que antes não existia conflito sobre essa atribuição. Para a família e para as próprias mulheres o trabalho do cuidado sempre foi destinado a elas, “Só a mulher é quem fazia tudo para sobreviver, ela era que fazia tudo e cuida de todo mundo.” “Achava que era obrigação da mulher fazer tudo dentro de casa”. “Acho que o trabalho vem do berço, da nossa criação, nossas avós...”(participantes da oficina sobre trabalho doméstico).

No entanto, consideraram que com a participação e a aquisição de bens como uma plantação e criação de animais ampliam sua capacidade de negociação no trabalho doméstico. No conjunto dos depoimentos das mulheres, a visão sobre a responsabilidade com o trabalho doméstico sofreu alterações significativas a partir da participação no movimento e da constituição de grupos produtivo,

“Eu vim enxergar que as tarefas deveria ser dividida, quando passei a participar do movimento. “As mulheres que são de grupos de mulheres já consegue dividir algumas tarefas”. “Quando as mulheres vão trabalhar e tem suas próprias cabras, sua horta suas caixas de abelha a coisa muda, parece que os homens sentem necessidade de ser mais bacana, ajuda nas tarefas, parece que eles- os homens e filhos- pensam eu tenho que contribuir.” (participantes da oficina sobre trabalho doméstico)

Essa questão pode ser apoiada na afirmação de Deere (2010), quando citando as teorias feministas, afirma que o poder de negociação das mulheres dentro de casa (na relação conjugal) também está relacionado com a posição que ocupa no interior da família e com os bens⁸ que possuem e que estão sobre seu controle⁹.

⁷ Ministério do Desenvolvimento Agrário/Diretoria de Políticas para as Mulheres

⁸ Sobre essa questão Carmen Diana Deere define bens como “*propriedad individual de los activos*”

Na fala das mulheres é possível perceber não apenas mudanças na forma que elas olham para o trabalho doméstico, mas também na construção e fortalecimento da sua autonomia quando afirmam que o trabalho doméstico não é mais uma tarefa que as aprisionam no mundo de reprodução

“Antes eu não podia de sair. Para sair tinha que pedi permissão, hoje a gente não pede, só comunica.” “Quando saio de casa, saio de mal com o homem, quando volto faço as pazes” “Antes de participar do movimento, quando meu marido falava alguma coisa, eu já começava a chorar, chega soluçava. Hoje, às vezes ele dar um grito, aí eu digo: fale baixo! Não sou sua parceira. Do mesmo jeito que você pode falar, eu também. Aí, vamos mapeando conhecimento, aprendendo a respeitar um ao outro.”(participantes da oficina sobre trabalho doméstico)

Na construção de novos elementos para ver o mundo, as mulheres, nos seus depoimentos, apresentam diversas estratégias de lidar com as desigualdades que determinam sua realidade. Algumas apontam mudanças concretas a partir de lutas conjuntas nos grupos de mulheres, outras encontram na força do movimento razões para seguir buscando um mundo igual, ainda muito distante do real, mas próximos dos seus desejos.

“Tem homens, a maioria, que não aceita, por mais que a gente brigue, participe do movimento, ele não aceita.” “Depois que fui fazer o curso pedagogia da terra e morar sozinha com ele no assentamento, ele me ajuda, divide, mas ele tem que fechar as portas e as janelas, aí ele vai varrer a casa, ele lava a roupa dele, lava prato, enche pote, faz tudo.” “Para a 1ª Marcha das Margaridas, pensei o que eu vou fazer passar esses dias todinhos fora. Falei com minha afilhada para fazer a comida e limpar a casa. Quando eu voltei, ele disse: Faça o favor de não deixe ninguém para fazer as coisas. Há, você achou ruim. Hoje, eu saio e não acordo mais de 04 horas da manhã para fazer comer. Ele se vira. Não me preocupo mais.” (participantes da oficina sobre trabalho doméstico)

Um aspecto importante desse processo é que as mulheres através construção cotidiana da Marcha Mundial das Mulheres, compreendem a condição de desigualdade que vivem, reconhecem que é algo comum entre elas. Entretanto, não se sentem paralisadas diante das descobertas, ao contrário, transforma-as em desafios. Dentre eles, no que se refere ao trabalho doméstico, visualizam equipamentos sociais através de políticas públicas com creches, escola, como também alternativas realizados pelos grupos de mulheres e a negociação no interior da família. Foi citado, durante as oficinas exemplos de mulheres do grupo ir conversar com o marido de outra, para que o mesmo pudesse contribuir com as tarefas de casa, de buscar educar os filhos(homens) para desde de cedo realizar tarefas doméstica.

⁹ Informação retiradas da conferencia proferida na ocasião do VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de galinhos, Brasil, de 15 a 19 de novembro de 2010

Considerações finais

No ultimo período, vivenciamos no Brasil um forte processo protagonizado pelas mulheres rurais e urbanas. A Marcha das Margaridas, fortes manifestações das mulheres da Via campestina em ações anuais dos 08 de marco, as grandes mobilizações da Marcha Mundial das mulheres, tem forçado o governo a construir proposta de políticas publicas capaz de responder as reivindicações. Mesmo que de forma insipiente é possível visualizar mudanças.

Ao mesmo tempo o movimento de mulheres tem construído um dialogo com a sociedade para forçar mudanças de valores. Neste sentido ainda não se consegue alterar a realidade, visto que as transformações sociais e de valores estão ancoradas em transformações estruturais. Desta forma as mudanças ocorridas na inflexão das políticas para as mulheres rurais, ainda necessita ser acompanhadas de mudanças estruturantes, sociais e construção de novos valores igualitários.

Enquanto persistir a divisão sexual do trabalho e conseqüentemente a hierarquização de poder entre homens e mulheres não podemos afirmar que existe um desenvolvimento entendido como ampliação das liberdades e oportunidades de cada homem e cada mulher.

É possível perceber processos inovadores no desenvolvimento local sustentável. As experiências da região Oeste potiguar é um exemplo, porém para que se constituam em mudanças estruturantes, se faz necessário ampliar a capacidade do estado de promover a cidadania das mulheres e em especial elaborar e executar políticas públicas com um alcance universal e que der conta da socialização do trabalho domestico nas realidades rurais.

A experiência dos grupos produtivos de mulheres tem demonstrado mudanças e desafios. As mulheres têm conseguido ampliar sua capacidade como agente de desenvolvimento, tem aproveitado as oportunidades de créditos, educação e protagonismo nos movimentos sociais. No entanto ainda persiste, uma responsabilidade no trabalho da reprodução e do cuidado, já que até então elas identificam uma mudança no sentido que os maridos estão *ajudando nas tarefas domestica*. Em nenhum depoimento foi percebido que existe uma divisão igualitária das tarefas domésticas. Isso remete aos desafios que as próprias mulheres identificam e transformam como tarefas coletivas do movimento. Portanto a divisão do trabalho doméstico é uma pauta viva dos grupos produtivos de mulheres da região Oeste potiguar.

Referências

ALVES, Maria de Fátima Paz. Gênero e Crédito no Oeste Potiguar: uma experiência de inclusão e articulação. NEAD/ MDA e Secretaria de Agricultura Familiar, 2007

ARAUJO, Tânia Barcelar. Ensaio sobre o desenvolvimento Brasileiro. Heranas e urgências. Rio de Janeiro: Rivan: FASE, 2000

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v.23, n. 2, jul./dez. 2006

CAGATAY, Nilufer; ELSON, Diane; GROWN, Caren. Introduction to Gender, Adjustment and Macroeconomics, World Development, vol.23, Nº11, 1995.

CARRASCO, Cristina (org). Mujeres y economía. Barcelona: Icaria, 1999.

_____, Cristina. El tiempo y el trabajo desde la experiencia femenina. In: La economía invisible y las desigualdades de género. Organización Panamericana de Salud, 2008

CRUZ, José Luis Viana da.(org) ARAUJO, Tânia Barcelar de, SCHREIBER, Waltrau Maria el AL. Brasil. O desafio da diversidade: a experiência de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2005.

COSTA. João Bosco Araujo . A Ressignificação do Local o imaginário político brasileiro pós-80. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fund.SEADE VOL. 10 N.3 Jun/Set 1996.

_____. Desenvolvimento local e governança democrática: uma avaliação da gestão de grossos In: Costa, João Bosco Araujo da e Coelho, Maria Ivonete Soares.(org) Desenvolvimento e políticas públicas no Oeste Potiguar:avaliações, Editoras UERN, Mossoró, 2010.

Diagnóstico sobre a implementação das políticas públicas para a igualdade de gênero do MDA para mulheres rurais (Relatório Final). Sempreviva Organização Feminista – SOF Centro Feminista 8 de Março – CF8. São Paulo, 2010.

DANTAS, Isolda. A construção da economia feminista na rede Xique-Xique de economia solidária.Agriculturas - v. 2 - n. 3 - outubro de 2005

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.

_____. Economia feminista e agenda de luta das mulheres do meio rural. In: BUTTO, Andrea (org). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

FALCÃO, Roberta Borges de Medeiros. O desenvolvimento local sustentável no Semi-Arido Nordeste: Um estudo de caso na comunidade Miranda, Caraubas/RN. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de mestrado de Serviço Social da Universidade Regional do Rio Grande do Norte- UFRN, 2005.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta J.M. et al. Gênero e saúde. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. Políticas para trabalhadores rurais: relatório de gestão do programa de promoção da igualdade de gênero, Raça, Etnia do MDA/INCRA- Brasília: MDA, 2000.

SACHS, Iganacy. Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garomand, 2008.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p.121-136.